

Economistas põem em dúvida eficácia do pacote

Alexandre Calais
de São Paulo

Mesmo antes de o pacote de ajuste fiscal ser apresentado, economistas têm dúvidas quanto à sua capacidade de gerar entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões, como espera o governo federal. A grande incógnita é em relação aos itens que mexem com a atual estrutura do funcionalismo público. O estabelecimento de cobrança previdenciária dos inativos, o aumento da alíquota para os funcionários da ativa e os dispositivos para facilitar a demissão de servidores irão criar polêmica e serão difíceis de aprovar no Congresso, pelo menos no curto prazo, e da forma que o governo quer.

Se as negociações para a aprovação do pacote arrastarem-se por muito tempo, o governo fica sem as condições ideais para promover a queda nas taxas de juros. Com os juros como estão, todo o esforço fiscal fica comprometido pelo aumento da

Impacto	
Ganho de receita de algumas possíveis medidas (em R\$ bilhões)	
Elevação da alíquota da CPMF para 0,3%	3 a 4
Cobrança de Confins para instituições financeiras	1,2
Contribuição previdenciária de inativos da União (Alíquota de 11%)	2,7
Contribuição previdenciária de inativos de estados e municípios	2,5

Fonte: Tendências Consultorias

dívida pública. "Não existe pacote que compense as perdas com os juros altos", diz o economista Adauto Lima, do Lloyds Bank.

Segundo ele, o governo pode utilizar os juros como instrumento de negociação — diminui a taxa à medida que o pacote for sendo aprovado no Congresso. Para o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, o melhor cenário possível para o ajuste é chegar ainda no primeiro trimestre do próximo ano com juros anuais abaixo de 19%.

De acordo com a economista Rita Rodrigues, da Tendências Consultoria, a cobrança previdenciária dos servidores públicos inativos poderia significar um ganho de R\$ 5,2 bilhões, se forem consideradas as esferas federal, estadual e municipal e uma alíquota de 11%. Ou seja, boa parte do ajuste está baseada nessa proposta. "Mas consideramos que a possibilidade de ela ser aprovada rapidamente é baixíssima", diz. Como também é baixa a possibilidade de aprovação do aumento da alíquota de contribuição previdenciária dos servidores, de 11% para até 16%.

"Qualquer aumento será visto como uma agressão aos direitos adquiridos", afirma Mailson. "No Brasil, confundem-se direitos adquiridos com privilégios. E o maior privilégio é o funcionário aposentar-se com um salário maior do que ganhava na ativa, sem ter contribuído para isso." Segundo o economista, o coração do desequilíbrio fiscal brasileiro está nos gastos com o funcionalismo, que aumentaram muito após a Constituição de 1988.

"Antes de 1988, o governo gastava US\$ 4 bilhões com os inativos. Este ano, os gastos devem chegar a R\$ 20,5 bilhões", diz. O excesso de quadros nos estados também é preocupante. O ex-ministro acredita que os governadores deveriam dar graças a Deus por terem um instrumento que permita demitir funcionários. "Mas não ficarei surpreso com as tentativas de barrar essa proposta."

Lima, do Lloyds Bank, acredita que as medidas mais fáceis de serem

aprovadas são os aumentos de impostos, em especial o da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Pela projeção da Tendências, se a elevação fosse da atual 0,2% para 0,3%, o aumento da arrecadação seria de até R\$ 4 bilhões. Ontem, no entanto, falava-se em uma alíquota de até 0,38%.

Mas, quaisquer que sejam as medidas anunciadas, seja qual for o ritmo de aprovação, uma coisa é unânime: o pacote é recessivo e 1999 será um ano extremamente difícil. "Teremos desaceleração da atividade, retração na demanda, e quanto mais tempo demorar a implementação do pacote, pior vai ficar a economia", diz o economista da MCM Consultores Arício Xavier de Oliveira. A consultoria projeta uma retração de até 2% do Produto Interno Bruto (PIB) para o próximo ano. Na Tendências, a previsão é de queda, de 1,6%, e no Lloyds, de 1%.